

CONSELHOS DE DIREITOS E A FUNÇÃO PÚBLICA DOS CONSELHEIROS

SÃO DIRETRIZES E PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A AÇÃO DO PODER PÚBLICO DE FORMA QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DOS CIDADÃOS ATRAVÉS DE LEIS, PROCEDIMENTOS, REGULAMENTOS, PLANOS, PROJETOS E PROGRAMAS.

SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES SOCIAIS E NÃO RENTABILIDADE ECONÔMICA

POLÍTICAS PÚBLICAS E GARANTIA DE DIREITOS.

- São intervenções do Estado frente as demandas sociais existentes, como:
- Política de Saúde
- Assistência Social
- Seguro Social
- Da Mulher
- Criança e Adolescente e outros

Estado de Bem Estar - modelo que surgiu no pós-guerra, através da implantação e intervenção Estatal de Políticas Públicas e proteção social, através de:

Elevado nível de emprego

Prestação de serviços como educação, saúde, segurança social, habitação, segurança e assistência social , serviços. (Mishra :1995).

Política Social e Conselhos de Direitos

- “É a responsabilidade do Estado pelo bem estar de seus membros, através da manutenção de um padrão mínimo de vida para todos os cidadãos, como direito social, através de um conjunto de serviços em espécie ou em dinheiro”.
(Silva, 2004:56)

Pereira (2008) recentemente, surgiram tendências ou perspectivas de a política social ser protagonizada pelo Welfare State (Sociedade de Bem-Estar), através da implantação do bem-estar pluralista ou misto, através da integração do Estado, mercado e a sociedade.

As políticas públicas, como poder estatal envolvem no seu processo de elaboração e implantação – amplo debate com a sociedade, através de diferentes atores sociais e políticos com projeto e interesses diferenciados.

Diálogo com organização não governamentais, pesquisadores, partidos políticos, sindicatos, empresários, estudantes, universidades, governo, movimentos sociais, conselhos, entre outros.

“ O que está se construindo são paradigmas de análise da política social que possibilitem dar sustentação teórico-metodológica à sua existência, avaliar suas possibilidades e limites, criar e recriar respostas à questão social”, segundo Pereira.

“a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação” (Pereira,1986)

Segundo Telles, 1996, p. 85, o que se busca é compatibilizar as necessidades básicas , sociais e pessoais da população com as necessidades do mercado.

No Brasil a Política Social surge no século passado, na década de 30, em resposta as demandas apresentadas pela sociedade e com estratégias diferentes dependendo da correlação de forças sociais.

Formas de exercício do poder político, que envolve a distribuição e redistribuição do poder e de recursos.

Permeadas por tensões e conflitos

No Brasil a Política Social surge no século passado, na década de 30, em resposta as demandas apresentadas pela sociedade e com estratégias diferentes dependendo da correlação de forças sociais.

Destaca-se na relação entre Estado e Sociedade as concepções de:

Patrimonialismo

Clientelismo

Assistencialismo

Cultura tuteladora

Historicamente, a Política Social brasileira, “consubstanciou a partir da matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando”

CF 1988 – para o cenário o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal”, exemplos q: Política Nacional de Assistência Social e PNAS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS e SUS .

CF. 1988, cria mecanismos de participação social, inova na gestão das políticas públicas, através da descentralização político-administrativa, alterando normas e regras centralizadoras e da descentralização entre os poderes.

OBRIGADA